

IBERSOL – S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159 – 9.º andar, 4150 – 146 Porto

Capital Social : 20.000.000 €

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula
e de identificação fiscal 501669477

Relatório e Contas Individuais

Exercício de 2013

(Proposta ponto 1 da Assembleia Geral)

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Accionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, apresentamos a V. Exas o Relatório de Gestão e as Contas da IBERSOL - S.G.P.S., S.A. relativas ao exercício de 2013.

1- ENVOLVENTE ECONÓMICA

O PIB português deverá ter contraído 1,5% em 2013, contrariando a generalidade das previsões que apontavam para uma recessão superior a 2%.

A manutenção do bom desempenho na frente externa, com realce para a exportação de bens e serviços, e alguma recuperação da procura interna privada são os principais factores que explicam este comportamento menos negativo da economia portuguesa.

Depois de três anos consecutivos de recessão, os indicadores disponíveis parecem apontar 2014 como o ano de regresso a um crescimento moderado, que se estima em 1% do PIB, não se prevendo, no entanto, melhorias substanciais ao nível do mercado de trabalho (a taxa de desemprego deverá reduzir ligeiramente).

Mas a grande incógnita será a sustentabilidade do crescimento da economia, considerando o efeito negativo sobre o consumo e investimento privado induzido pela implementação de mais políticas de austeridade, previstas no Orçamento de Estado para 2014.

Os constrangimentos de liquidez nos mercados financeiros parecem estar a aliviar e no final do ano apareceram os primeiros sinais de ajustamento descendentes dos spreads praticados em Portugal.

2 – ACTIVIDADE

A evolução da actividade da Ibersol SGPS está associada ao desenvolvimento estratégico das suas participadas, cujo volume de negócios teve um crescimento de 0,7 %.

A Ibersol SGPS centrou a sua actividade na prestação de serviços técnicos de administração e gestão às empresas do Grupo, com especial enfoque na coordenação e gestão dos meios de financiamento aos negócios.

O planeamento financeiro, a adequação dos recursos financeiros das participadas, a gestão dos custos financeiros do Grupo e o apoio na gestão rigorosa da tesouraria constituíram outro vector importante da nossa actividade.

3 - SITUAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA

Os factos mais importantes ocorridos no período, no que concerne aos resultados e às alterações verificadas na estrutura patrimonial da empresa são os seguintes:

3.1 Resultados

O resultado operacional de funcionamento ascendeu a 190 mil euros, cerca de 37 mil euros inferior ao verificado em 2012, sendo que:

a) os proveitos inerentes à prestação de serviços à participada - Ibersol Restauração, S.A.- que faz a gestão dos serviços partilhados pelas diferentes Marcas exploradas pelo Grupo - foram de montante igual ao dos últimos anos ;

b) os custos operacionais aumentaram e ascenderam a 410 mil euros, valor superior ao registado no ano anterior em 38 mil euros.

Após imputação dos ganhos de subsidiárias, o resultado operacional ascende a 3,5 milhões de euros, que reflecte um aumento de 49% face ao verificado em 2012.

Os ganhos financeiros provenientes da remuneração dos suprimentos prestados diminuíram em cerca de 106 mil euros em consequência da descida das taxas de juro de referência dos empréstimos concedidos. Por outro lado, a evolução ascendente dos “spreads” impediu que o custo dos empréstimos obtidos acompanhasse a descida dos indexantes. Acresce, ainda, que a sociedade tem um contrato “grupado” de Programa de Papel Comercial de médio e longo prazo cujas comissões de organização e tomada firme são assumidas pela empresa-mãe. Desta forma, os juros e gastos similares mantiveram-se ao nível de 2012.

O resultado líquido situou-se em 3,52 milhões de euros, mais 42% que o registado em 2012.

3.2 Situação Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2013, o activo ascendia a 201,7 milhões de euros, verificando-se uma redução no exercício de 5,1 milhões de euros. Os contributos mais relevantes para a variação foram:

- a) Variação na valoração das participações financeiras por aplicação do MEP no montante de 2,6 milhões de euros.
- b) Redução de financiamentos às participadas no montante de 7,6 milhões de euros.

O endividamento líquido remunerado no final do exercício ascende a cerca de 500 mil euros, correspondente ao capital em dívida de um empréstimo de MLP. Em 31 de Dezembro de 2013, a sociedade não tinha emitido qualquer dívida ao abrigo do Programa de Papel Comercial.

Em 31 de Dezembro de 2013, o Capital Próprio situa-se nos 146,1 milhões de euros, correspondente a um aumento de 2,6 milhões de euros e que traduz a forte solidez financeira da sociedade.

Acresce, ainda, que a sociedade no exercício recebeu dividendos das suas participadas no montante de 515 mil euros e distribuiu aos seus accionistas cerca de 1 milhão de euros.

4- RISCOS E INCERTEZAS

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

Devido à especificidades do Negócio do Grupo destacamos as áreas seguintes de risco:

- Qualidade e Higiéne Alimentar
- Higiéne e Segurança Alimentar
- Financeira
- Ambiental

As incertezas quanto à evolução das economias do sul da Europa obrigam à adopção de rigoroso controlo dos custos com monitorização mensal da evolução do mercado e a consequente revisão do planeamento de recursos a utilizar.

Os riscos financeiros não têm expressão ao nível das contas da sociedade, em virtude do reduzido passivo da sociedade e dos activos em moeda estrangeira serem insignificantes.

5 - GOVERNO DAS SOCIEDADES

As práticas sobre o Governo da Sociedade elaborado, em cumprimento do disposto no artº 245º - A do Código dos Valores Mobiliários e em aplicação do Regulamento da CMVM nº 4/2013, são incluídas no Relatório sobre o Governo das Sociedades que acompanha o relatório consolidado.

6 - ACÇÕES PRÓPRIAS

Durante o exercício a sociedade não efectuou transacções de acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2012, a sociedade detinha 2.000.000 acções (10% do capital), com valor nominal de 1€ cada, por um valor global de aquisição de 11.179.643 euros.

7 - PERSPECTIVAS

Num contexto recente muito difícil para o sector em que operamos estamos cientes de que o mercado de consumo poderá recuperar mas a um ritmo lento. Vamos continuar a apoiar a estratégia de crescimento muito selectivo das nossas participadas que operam no mercado ibérico. Focalizaremos a nossa estratégia de desenvolvimento noutros mercados particularmente Angola onde começamos a operar em 2012.

8 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme consta das demonstrações financeiras os resultados líquidos do exercício foram de 3.576.911,00 euros.

Nos termos legais e estatutários propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos:

Reservas não distribuíveis	2.706.183,00 €
----------------------------	----------------

Reservas livres 870.728,00 €

Propomos ainda a distribuição de reservas no montante de 1.100.000 euros, o que corresponde a atribuir, a cada acção, um dividendo ilíquido de 0,055€. No caso da sociedade deter acções próprias manter-se-á a referida atribuição de 0,055€ a cada acção em circulação, reduzindo-se o montante global dos dividendos atribuídos.

9 - NOTAS FINAIS

O primeiro voto deste Conselho de Administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo, porquanto a dedicação e o entusiasmo que revelaram foi fundamental para a prossecução dos objectivos que identificamos.

Agradecemos ainda aos nosso Fornecedores de bens e serviços o apoio concedido e registamos, com apreço, a colaboração prestada pelos Bancos e outras Instituições Financeiras com quem o Grupo trabalhou ao longo do ano.

Ao Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

Porto , 7 de Abril de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Declaração de conformidade a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários

Em cumprimento da alínea c) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários os titulares do órgão de administração declaram, na firme convicção, que tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas da Ibersol SGPS, SA, referentes ao exercício de 2013, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- (ii) a informação constante no relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

António Alberto Guerra Leal Teixeira

Presidente do Conselho de Administração

António Carlos Vaz Pinto Sousa

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Vogal do Conselho de Administração

Ibersol – SGPS, SA

Demonstrações Financeiras Individuais

31 de Dezembro de 2013

Índice das demonstrações financeiras

Balanço	9
Demonstração de resultados	10
Demonstração da alteração dos capitais próprios.....	11
Demonstração da alteração dos capitais próprios.....	12
Demonstração de fluxos de caixa.....	13
Anexo às demonstrações financeiras	14
1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	15
4 FLUXOS DE CAIXA.....	20
5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	21
6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	21
7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS	24
8 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	25
9 DIFERIMENTOS	25
10 CAPITAL	26
11 ACÇÕES PRÓPRIAS.....	26
12 RESERVAS	26
13 EMPRESAS DO GRUPO.....	26
14 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	28
15 OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	29
16 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	29
17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	29
18 GASTOS COM PESSOAL	29
19 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	30
20 OUTROS GASTOS E PERDAS.....	30
21 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	30
22 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	31
23 CONTINGÊNCIAS.....	32
24 REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	32
25 PARTES RELACIONADAS.....	32
26 RESULTADO POR ACÇÃO.....	35
27 EVENTOS SUBSEQUENTES	35

Balanço

	Notas	SNC	
		2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2 e 5	-	-
Participações financeiras - método da equival.patrimonial	3.1 e 6	165.623.945	163.020.255
Participações financeiras - outros métodos	3.1 e 7	264.000	264.000
Empresas do grupo	13	32.519.707	39.939.705
Outros activos financeiros		-	-
Total de activos não correntes		198.407.651	203.223.960
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	8	-	46.668
Empresas do grupo	13	3.137.753	3.371.777
Outras contas a receber		12.045	14.941
Diferimentos	9	20.216	49.516
Caixa e depósitos bancários	3.5 e 4	31.784	31.473
Total de activos correntes		3.201.798	3.514.376
Total do Activo		201.609.450	206.738.336
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	3.6 e 10	20.000.000	20.000.000
Acções (quotas) próprias	11	-11.179.643	-11.179.643
Prémios de emissão		469.937	469.937
Reservas legais	12	4.000.001	4.000.001
Outras reservas	12	70.803.474	70.319.912
Ajustamentos em activos financeiros	6	58.464.957	57.402.189
Excedentes de revalorização		12.110	12.110
Resultado líquido do período		3.576.911	2.514.018
Total do capital próprio		146.147.748	143.538.524
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	3.10 e 6	2.538.680	2.521.463
Financiamentos obtidos	3.7 e 14	-	494.238
Diferimentos	9	51.076.981	51.076.981
Total de passivos não correntes		53.615.661	54.092.683
Passivo corrente			
Fornecedores		7.268	15.786
Estado e outros entes públicos	8	512.585	472.451
Empresas do grupo	13	785.131	938.142
Financiamentos obtidos	3.7 e 14	494.245	7.625.907
Outras contas a pagar	15	46.811	54.843
Total de passivos correntes		1.846.041	9.107.129
Total do passivo		55.461.702	63.199.812
Total do capital próprio e do passivo		201.609.450	206.738.336

Demonstração dos resultados

	Notas	SNC	
		2013	2012
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	3.12 e 16	600.000	600.000
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreed.conjuntos	6	3.123.044	1.899.222
Fornecimentos e serviços externos	17	-84.749	-84.441
Gastos com o pessoal	18	-248.060	-214.727
Provisões (aumentos/reduções)	6	-17.217	-31.253
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6	115.356	229.678
Outros rendimentos e ganhos	3.11 e 19	935	13.302
Outros gastos e perdas	3.11 e 20	-77.039	-72.862
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.412.269	2.338.920
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.412.269	2.338.920
Juros e rendimentos similares obtidos	21	610.973	750.932
Juros e gastos similares suportados	21	-403.399	-464.317
Resultado antes de impostos		3.619.843	2.625.534
Imposto sobre o rendimento do período	3.8 e 22	-42.932	-111.516
Resultado líquido do período		3.576.911	2.514.018
Resultado por acção	26	0,20	0,14

Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2012	20.000.000	-11.179.643	469.937	4.000.001	68.813.887	54.208.543	12.110	5.689.679	142.014.514
Alterações no período									
Alterações de políticas contabilísticas									0
Aplicação de resultados					448.831	4.250.848		-4.699.679	0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									0
Inclusão da Parque Central Maia						-3.309			-3309
Reservas de conversão - Angola						3.301			3.301
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					1.057.194	-1.057.194			0
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1.506.024</u>	<u>3.193.646</u>	<u>0</u>	<u>-4.699.679</u>	<u>-8</u>
Resultado líquido do período								<u>2.514.018</u>	<u>2.514.018</u>
Resultado integral								<u>2.514.018</u>	<u>2.517.319</u>
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de Capital									0
Realizações de prémios de emissão									0
Distribuições								-990.000	-990.000
Entradas para cobertura de perdas									0
Outras operações									0
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>-990.000</u>	<u>-990.000</u>
A 31 de Dezembro de 2012	<u>20.000.000</u>	<u>-11.179.643</u>	<u>469.937</u>	<u>4.000.001</u>	<u>70.319.912</u>	<u>57.402.189</u>	<u>12.110</u>	<u>2.514.018</u>	<u>143.538.524</u>

Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2013	20.000.000	-11.179.643	469.937	4.000.001	70.319.912	57.402.189	12.110	2.514.018	143.538.524
Alterações no período									
Alterações de políticas contabilísticas									0
Aplicação de resultados					483.563	1.040.455		-1.524.018	0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									0
Ajustamentos por impostos diferidos									0
Reservas de conversão - Angola						22.313			22.313
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									0
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>483.563</u>	<u>1.062.768</u>	<u>0</u>	<u>-1.524.018</u>	<u>22.313</u>
Resultado líquido do período								<u>3.576.911</u>	<u>3.576.911</u>
Resultado integral								<u>3.576.911</u>	<u>3.599.224</u>
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de Capital									0
Realizações de prémios de emissão									0
Distribuições								-990.000	-990.000
Entradas para cobertura de perdas									0
Outras operações									0
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>-990.000</u>	<u>-990.000</u>
A 31 de Dezembro de 2013	<u>20.000.000</u>	<u>-11.179.643</u>	<u>469.937</u>	<u>4.000.001</u>	<u>70.803.475</u>	<u>58.464.957</u>	<u>12.110</u>	<u>3.576.911</u>	<u>146.147.748</u>

Demonstração de fluxos de caixa

	Notas	31 de Dezembro	
		2013	2012
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		600.000	600.000
Pagamentos a fornecedores		26.891	9.270
Pagamentos ao pessoal		205.771	228.248
Caixa gerada pelas operações		367.338	362.482
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-175.365	142.197
Outros recebimentos/pagamentos		-143.586	-127.497
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		399.117	92.788
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		2.848.001	9.916.401
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		10.410.022	4.941.085
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		610.973	421.372
Dividendos		515.000	1.057.192
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		8.687.994	-3.496.752
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			4.500.000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		7.625.901	3.592.272
Juros e gastos similares		470.899	512.483
Dividendos		990.000	990.000
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-9.086.800	-594.755
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		311	-3.998.719
Caixa e seus equivalentes no início do período		31.473	4.030.192
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.5 e 4	31.784	31.473

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A Ibersol – SGPS, SA (adiante designada por Ibersol ou Empresa) com sede em Edifício Península – Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º - 4150-146 Porto, foi constituída em 30 de Dezembro de 1985 com o objecto de exercício da actividade gestora de participações sociais não financeiras.

A Ibersol é detida em 49,99% pela IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S.A., com sede em Edifício Península – Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º - 4150-146 Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 07 de Abril de 2014. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ibersol, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2013. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado, quando aplicável, pelas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais antes da data de transição.

Os capitais próprios a 31 de Dezembro de 2013 nas contas individuais são diferentes dos das contas consolidadas, em IFRS, (excluindo os interesses minoritários) no montante de:

	<u>2013</u>
Capital próprio SNC	146.147.748
Capital próprio Consolidado Grupo (IFRS)	<u>114.482.935</u>
Diferença	<u>31.664.813</u>

Esta diferença decorre de:

- i) correcção do proveito diferido correspondente à mais-valia em transacção intra-grupo registada em exercícios anteriores (39.087.546 euros);
- ii) amortização do Goodwill efectuada de 01 de Janeiro de 2004 até 31 de Dezembro de 2008 nas contas individuais preparadas de acordo com o POC (7.468.740 euros).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Ibersol, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Participações financeiras

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Ibersol tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a subsidiária detém sobre uma entidade.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Investimentos em subsidiárias e associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do critério da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transacções entre o Grupo e as suas subsidiárias e associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias e associadas são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da Empresa nos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento da Empresa em subsidiárias e Associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária ou associada adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária ou associada excede o investimento na subsidiária ou associada, a empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se a empresa tiver incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da subsidiária ou associada.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

As entidades que se qualificam como subsidiárias e associadas encontram-se listadas na nota 6.

A Ibersol, SGPS, S.A. prepara contas consolidadas.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 20 anos
Equipamentos	Entre 4 e 20 anos
Outros activos tangíveis	Entre 5 e 10 anos

O método de depreciação utilizado pela empresa é o método das quotas constantes, de acordo com as regras fiscais vigentes (taxas dentro da banda definida no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro). A amortização dos activos fixos tangíveis tem início quando as mesmas se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efectuado por duodécimos.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada ano de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Imparidade de activos

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais. A Ibersol realiza os testes de imparidade no mês de Dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.4. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ibersol classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Ibersol classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Ibersol avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Ibersol reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.6. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.7. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Ibersol possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.9. Benefícios aos empregados

O bónus de desempenho dos funcionários são registados no ano a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no exercício seguinte.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Ibersol tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Ibersol divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.11. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.12. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de serviços no decurso normal da actividade da Ibersol. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Ibersol são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.13.1 Provisões

A Ibersol analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Ibersol, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Ibersol.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.13.3 Impostos

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

3.14. Riscos relevantes

A actividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a

gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

3.14.1 Risco de mercado

Risco Taxa de Juro

A Administração da Ibersol não tem considerado nos últimos exercícios a hipótese de cobertura de risco relativamente a variação da taxa de juro. Em consequência, toda a dívida remunerada vence juros a taxa variável. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O risco taxa de juro resulta, essencialmente, dos empréstimos obtidos a curto prazo. Dado que os empréstimos obtidos são de valor substancialmente inferior aos empréstimos concedidos, a empresa não tem risco significativo de taxa de juro.

3.14.2 Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber resultantes de empréstimos às subsidiárias. O risco de crédito é avaliado pela Direcção Financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da IBERSOL. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

3.14.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionada com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

3.14.4 Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão das participadas. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar abaixo de 35%.

O rácio de alavancagem financeira em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é de 0% e 5%, respectivamente, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Empréstimos	494.245	8.120.145
Caixa e depósitos bancários	<u>-31.784</u>	<u>-31.473</u>
Endividamento líquido	462.461	8.088.672
Capital próprio	<u>146.147.748</u>	<u>143.538.524</u>
Capital total	<u>146.610.209</u>	<u>151.627.196</u>
Rácio de alavancagem financeira	0%	5%

4 Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos bancários	31.784	31.473
Caixa e depósitos bancários	<u>31.784</u>	<u>31.473</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos bancários		
-Depósitos à ordem	31.784	31.473
-Depósitos a prazo	-	-
-Outros depósitos	-	-
	<u>31.784</u>	<u>31.473</u>
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	<u>31.784</u>	<u>31.473</u>
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>31.784</u>	<u>31.473</u>

5 Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 não se registou qualquer movimento nos activos fixos tangíveis, nem foram efectuadas amortizações, pelo facto de os bens se encontrarem totalmente reintegrados.

	Terrenos e edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte	Eq. Administrativo	Outros activos tangíveis	Total
31 de Dezembro de 2013						
Custo	29.828	3.736	-	215.338	18.289	267.191
Depreciação acumulada	29.828	3.736	-	215.338	18.289	267.191
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

6 Participações financeiras – método equivalência patrimonial

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Goodwill (6.1)	35.642.584	35.529.522
Participações financeiras (6.2)	<u>129.981.360</u>	<u>127.490.732</u>
	<u>165.623.945</u>	<u>163.020.254</u>

6.1 Goodwill

O Goodwill, por segmento geográfico, do grupo Ibersol, reparte-se como segue:

	Goodwill	
	2013	2012
Portugal	8.430.220	8.250.491
Espanha	27.845.512	27.845.512
Angola	130.714	130.714
	<u>36.406.446</u>	<u>36.226.717</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-763.862	-697.195
	<u>35.642.584</u>	<u>35.529.522</u>

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	36.226.717	36.762.717
Aumentos (1)	179.729	-
Diminuições (2)	-	536.000
Outras variações	-	-
Saldo final	<u>36.406.446</u>	<u>36.226.717</u>

- (1) o aumento do goodwill em 2013 resulta da aquisição da subsidiária Gravos 2012, S.A.;
- (2) a diminuição do goodwill resulta, em 2012, da alteração do preço de aquisição da subsidiária SEC – Eventos e Catering, S.A. (ex-Solinca) decorrente do EBITDA atingido por esta sociedade em 2011, conforme acordo entre as partes à data da compra.

Foram efectuados testes de imparidade ao goodwill onde foram usados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento para a perpetuidade	
Portugal	3,00% (1% real + 2% inflação)
Espanha	3,00% (1% real + 2% inflação)
Taxa de desconto para a perpetuidade	
Portugal	6,78%
Espanha	6,15%
Taxa de desconto do período (5 anos)	
Portugal	8,87%
Espanha	7,25%

Dos testes de imparidade realizados verificou-se imparidade do Goodwill da Maestro no montante de 66.667 euros, sendo a imparidade acumulada no final do exercício de 763.862 (327.908 relativos à Maestro e 435.954 relativos à Restmon).

6.2 Participações financeiras

As participações financeiras da Ibersol encontram-se expressas no balanço pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

	2013			2012		
	V.Aquisição	Ajustamento MEP	Valor Balanço	V.Aquisição	Ajustamento MEP	Valor Balanço
Subsidiárias						
Ibersol Restauração, S.A.	847.986	8.092.494	8.940.480	847.986	8.048.670	8.896.656
Iberusa-Hotelaria e Restauração, S.A.	158.119	979.490	1.137.609	158.119	1.103.193	1.261.312
Asurebi SGPS, S.A.	98.490.866	18.042.755	116.533.621	98.490.866	16.089.084	114.579.950
Ibersol Madeira Restauração, S.A.	90.000	1.583.335	1.673.335	50.000	1.167.610	1.217.610
Restmon Portugal, Lda	499.448	-499.448	-	499.448	-499.448	-
Eggon - SGPS, S.A.	645.000	883.018	1.528.018	645.000	889.631	1.534.631
Ibergourmet-Prod.Alimentares, S.A.	57.020	109.659	166.679	57.020	-57.020	-
Ibersol Angola, S.A.	720	899	1.619	720	-146	574
	<u>100.789.158</u>	<u>29.192.202</u>	<u>129.981.360</u>	<u>100.749.158</u>	<u>26.741.574</u>	<u>127.490.732</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos na rubrica investimento em subsidiárias apresenta-se como segue:

	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Asurebi SGPS, S.A.	Eggon - SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.	Total
01 de Janeiro de 2013	8.896.656	1.217.610	1.261.312	114.579.950	1.534.631	-	-	574	127.490.733
Aquisição	-	40.000 (1)	-	-	-	-	-	-	40.000
Ganhos/Perdas	268.824	705.725	-123.703	2.111.087	-6.613	-	166.679	1.045	3.123.044
Ajustamentos de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos no capital	-	-	-	-157.416	-	-	-	-	-157.416
Dividendos recebidos	-225.000	-290.000	-	-	-	-	-	-	-515.000
31 de Dezembro de 2013	<u>8.940.480</u>	<u>1.673.335</u>	<u>1.137.609</u>	<u>116.533.621</u>	<u>1.528.018</u>	<u>-</u>	<u>166.679</u>	<u>1.619</u>	<u>129.981.361</u>
01 de Janeiro de 2012	8.514.567	1.324.276	1.417.026	113.303.549	1.552.575	-	-	720	126.112.713
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/Perdas	568.382	293.334	-155.714	1.211.310	-17.944	-	-	-146	1.899.222
Ajustamentos de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos no capital	53.707	-	-	482.285	-	-	-	-	535.992
Dividendos recebidos	-240.000	-400.000	-	-417.194	-	-	-	-	-1.057.194
31 de Dezembro de 2012	<u>8.896.656</u>	<u>1.217.610</u>	<u>1.261.312</u>	<u>114.579.950</u>	<u>1.534.631</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>574</u>	<u>127.490.733</u>

(1) subscrição do aumento de capital da subsidiária.

Os activos e passivos a 31 de Dezembro de 2013, e os rendimentos e gastos gerados em 2013, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias, são como segue:

	2013							
	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Asurebi SGPS, S.A.	Eggon SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.
Capital próprio	1.105.687	1.037.981	40.449.790	145.460.520	24.526.495	-2.164.288	1.672.392	3.513.995
Resultado líquido	198.921	452.657	-1.409.141	2.976.175	117.533	-30.836	341.600	296.383
% participação detida	100,00%	100,00%	5,00%	89,98%	2,11%	61,00%	100,00%	0,20%
Valor de aquisição	847.986	90.000	158.119	98.490.866	645.000	499.448	57.020	720

	2012							
	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Asurebi SGPS, S.A.	Eggon SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.
Capital próprio	1.131.766	753.824	860.933	142.324.695	24.410.057	-2.133.451	1.330.792	3.311.833
Resultado líquido	237.702	299.279	-1.851.874	2.063.487	70.434	-35.209	279.048	32.356
% participação detida	100,00%	100,00%	5,00%	89,98%	2,11%	61,00%	100,00%	0,20%
Valor de aquisição	847.986	50.000	158.119	98.490.866	645.000	499.448	57.020	720

6.3 Ajustamentos em activos financeiros

Esta conta reflecte os ajustamentos do método de equivalência patrimonial. Os movimentos ocorridos na rubrica ajustamentos em activos financeiros durante os exercícios de 2013 e 2012 são como segue:

	Ajustamentos em activos financeiros	
	2013	2012
Saldo inicial	57.402.189	54.208.543
Aumentos (1)	1.577.768	4.250.840
Diminuições (2)	515.000	1.057.194
Saldo final	58.464.957	57.402.189

- (1) os aumentos em 2013 e 2012 decorrem, essencialmente, da aplicação dos resultados do ano anterior.
 (2) as diminuições resultam dos dividendos recebidos no ano.

O saldo da rubrica ajustamentos em activos financeiros não é passível de distribuição aos accionistas.

6.4 Provisões

Os movimentos ocorridos na rubrica provisões durante o exercício de 2013 e 2012 são como segue:

	Processos Judiciais		Perdas em subsidiárias	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	5.257	5.257	2.516.206	2.484.953
Aumentos (1)	-	-	17.217	31.253
Diminuições	-	-	-	-
Saldo final	5.257	5.257	2.533.423	2.516.206

- (1) os aumentos em 2013 e 2012 decorrem do resultado ajustado, do exercício, da subsidiária Restmon.

7 Participações financeiras – outros métodos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os activos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações de capital, como segue:

	% detida	2013	2012
Change Partners I, SGPS, S.A.	3,08%	264.000	264.000
Total		264.000	264.000

A Change Partners I, SGPS, S.A., tem por actividade a gestão de participações sociais. Esta participação encontra-se valorizada ao custo por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

8 Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos com Estado e outros entes públicos apresentam-se conforme segue:

	2013		2012	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC (1)	-	367.487	46.668	314.634
Impostos s/ rendimento - IRS	-	5.874	-	10.913
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	132.788	-	134.705
Contribuições p/ segurança social	-	6.436	-	12.199
Outros impostos	-	-	-	-
	-	512.585	46.668	472.451

(1) Pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pela primeira vez no ano 2013 (referente aos resultados de 2012), o accionista Ibersol – SGPS, S.A. irá proceder à liquidação do imposto das suas subsidiárias junto das autoridades fiscais (Nota 13.2).

Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

	2013	2012
Pagamento especial por conta	-103.508	-
Pagamento por conta	-83.631	-83.606
Retenções	-196	-8.588
Estimativa de IRC (Nota 22)	105.431	136.422
Estimativa de IRC - Grupo Fiscal (RETGS)	449.391	270.406
Total	367.487	314.634

9 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Ibersol tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2013	2012
Seguros	2.657	2.642
Rendas	3.353	3.353
Comissões de financiamento	14.206	43.021
Outros	-	500
Gastos a reconhecer	20.216	49.516

Os gastos a reconhecer referem-se, essencialmente, a comissões de financiamentos a diferir pelo período dos empréstimos.

	2013	2012
Outros rendimentos (1)	51.076.981	51.076.981
Rendimentos a reconhecer	51.076.981	51.076.981

(1) O valor da rubrica diz respeito a uma mais valia gerada na alienação de uma participação financeira dentro do Grupo, em 1999, que será reconhecida apenas no momento da sua alienação a uma entidade externa ou aquando da sua liquidação.

10 Capital

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital social da Ibersol, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 20.000.000 acções ao portador com o valor nominal de 1 euro cada.

11 Acções próprias

A empresa não efectuou qualquer transacção com acções próprias nos anos de 2013 e 2012. As acções estão subordinadas ao regime fixado para as acções próprias que determina que os respectivos direitos de voto e patrimoniais estão suspensos enquanto se mantiverem na titularidade do grupo, sem prejuízo de poderem ser objecto de venda.

No final do ano a sociedade detinha 2.000.000 acções próprias adquiridos por 11.179.644 euros.

12 Reservas

As rubricas de reservas registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

12.1 Reservas legais

	Reservas legais	
	2013	2012
A 1 de Janeiro	4.000.001	4.000.001
Aumento	-	-
Utilização	-	-
A 31 de Dezembro	<u>4.000.001</u>	<u>4.000.001</u>

A Reserva legal está totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

12.2 Outras reservas

	Reservas p/ acções próprias		Outras reservas	
	2013	2012	2013	2012
A 1 de Janeiro	11.179.643	11.179.643	59.140.268	57.634.244
Aumento	-	-	483.563	1.506.024
Utilização	-	-	-	-
A 31 de Dezembro	<u>11.179.643</u>	<u>11.179.643</u>	<u>59.623.831</u>	<u>59.140.268</u>

O montante de reservas indisponíveis, ascende a 60.220.656 euros e dizem respeito às reservas legais (4.000.001 euros) e a reservas para acções próprias, respeitantes às acções próprias detidas pelo grupo (11.179.643 euros).

13 Empresas do grupo

13.1 Activos não correntes

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se a empréstimos concedidos e prestações acessórias às subsidiárias da Ibersol. Os empréstimos com períodos de reembolso superiores a 1 ano vencem juros a uma taxa fixada com base na Euribor 12M + 1,25% e alterada conforme variação da taxa de referência do BCE. As prestações acessórias não são remuneradas, nem têm prazo de reembolso definido.

	2013							TOTAL
	Iberusa	Ibersol Restauração	Asurebi SGPS	Restmon	Eggon	Ibergourmet	Ibersol Angola	
Não corrente								
Empréstimos concedidos Subsidiárias	13.033.500	9.960.996	3.185.000	1.276.000	-	-	-	27.455.496
Prestações acessórias Subsidiárias	2.000.000	-	-	-	1.875.000	1.185.000	4.210	5.064.210
Empréstimos concedidos e prestações acessórias	15.033.500	9.960.996	3.185.000	1.276.000	1.875.000	1.185.000	4.210	32.519.707
Perdas de imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total não corrente	15.033.500	9.960.996	3.185.000	1.276.000	1.875.000	1.185.000	4.210	32.519.707
	2012							
	Iberusa	Ibersol Restauração	Asurebi SGPS	Restmon	Eggon	Ibergourmet	Ibersol Angola	TOTAL
Não corrente								
Empréstimos concedidos Subsidiárias	13.830.500	10.510.996	9.440.000	1.276.000	-	-	-	35.057.496
Prestações acessórias Subsidiárias	2.000.000	-	-	-	1.875.000	1.185.000	4.232	5.064.232
Empréstimos concedidos e prestações acessórias	15.830.500	10.510.996	9.440.000	1.276.000	1.875.000	1.185.000	4.232	40.121.728
Perdas de imparidade acumulada	-	-	-	-	-	182.023	-	182.023
Total não corrente	15.830.500	10.510.996	9.440.000	1.276.000	1.875.000	1.002.977	4.232	39.939.705

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, apresentam-se como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	40.121.728	34.974.327
Aumentos	2.807.978	9.916.401
Diminuições	10.410.000	4.769.000
Saldo final	32.519.706	40.121.728

Os movimentos ocorridos na rubrica perdas por imparidade, detalham-se como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	182.023	478.368
Aumentos	-	-
Diminuições (1)	182.023	296.345
Saldo final	-	182.023

(1) as diminuições em 2013 e 2012 decorrem do resultado ajustado do exercício da subsidiária Ibergourmet.

13.2 Activos e passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2013, os saldos reconhecidos nesta rubrica decorrem dos juros dos suprimentos e do cálculo do imposto corrente do exercício.

	2013		2012	
	Activo corrente	Passivo corrente	Activo corrente	Passivo corrente
IRC (RETGS)	962.473	785.131	1.233.454	938.142
Juros suprimentos	2.175.280	-	2.138.323	-
	3.137.753	785.131	3.371.777	938.142

Pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pela primeira vez no ano 2013 (referente aos resultados de 2012), o accionista Ibersol – SGPS, S.A. irá proceder à liquidação do imposto das suas subsidiárias junto das autoridades fiscais.

Os saldos apresentam-se como segue (Nota 25):

	2013		2012	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Ibersol Restauração	89.113	-	112.184	-
Iberusa	-	339.820	-	728.942
Asurebi	-	188.610	-	83.577
IBR Imobiliária	174.840	-	233.619	-
Ibersol Hotelaria e Turismo	77.818	-	27.236	-
Eggon	3.970	-	6.641	-
Iber King	339.160	-	405.988	-
Ibersol Madeira & Açores	16.700	-	67.309	-
Sugestões & Opções	-	15.169	7.318	-
Anatir	72.612	-	93.684	-
Ibergourmet	125.630	-	32.433	-
Iberaki	20.374	-	90.990	-
Ferro & Ferro	-	40.054	-	19.565
Restoh	31.600	-	80.526	-
Firmoven	-	10.383	44.274	-
QRM	1.867	-	5.240	-
Resboavista	-	99.626	-	37.868
JSCC	-	5.848	26.012	-
SEC	-	85.622	-	68.190
Parque Central Maia	8.789	-	-	-
	<u>962.473</u>	<u>785.131</u>	<u>1.233.454</u>	<u>938.142</u>

No que respeita a juros de suprimentos, os saldos da rubrica empresas do Grupo a curto prazo apresentam-se como segue:

	2013	2012
Ibersol Restauração	1.357.181	1.209.187
Iberusa	250.085	269.806
Restmon	221.937	199.030
Asurebi	346.077	460.300
	<u>2.175.280</u>	<u>2.138.323</u>

14 Financiamentos obtidos

O detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	-	-	-	7.000.000	-	7.000.000
Empréstimos bancários	494.245	-	494.245	625.907	494.238	1.120.145
	<u>494.245</u>	<u>-</u>	<u>494.245</u>	<u>7.625.907</u>	<u>494.238</u>	<u>8.120.145</u>

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados aos empréstimos a 31 de Dezembro de 2013, detalham-se como segue:

	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>
Empréstimos	494.245	-	-
Juros	14.789	-	-

Em 2013, o custo médio dos empréstimos foi de 4,5% (5,4% em 2012).

15 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>
Outros credores				
Credores diversos	13.020	13.020	5.969	5.969
Credores por acréscimos				
Férias e subsídio de férias	25.463	25.463	25.466	25.466
Prémios	-	-	-	0
Juros a liquidar	4.384	4.384	13.658	13.658
Fee	-	-	-	-
Outros	3.945	3.945	9.750	9.750
Outras contas a pagar	<u>46.811</u>	<u>46.811</u>	<u>54.843</u>	<u>54.843</u>

16 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prestação de serviços - mercado interno	600.000	600.000
Prestação de serviços - mercado externo	-	-
Sub-total	<u>600.000</u>	<u>600.000</u>
Vendas e prestações de serviços	<u>600.000</u>	<u>600.000</u>

17 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Trabalhos especializados	76.465	82.285
Outros	8.284	2.155
Fornecimentos e serviços externos	<u>84.749</u>	<u>84.441</u>

18 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2013, foram como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	28.865	28.865
Pessoal	<u>171.752</u>	<u>142.612</u>
	<u>200.617</u>	<u>171.477</u>
Encargos sociais		
Prémios de desempenho	-	-
Encargos sobre remunerações	41.975	37.832
Outros	<u>5.468</u>	<u>5.418</u>
Sub-total	<u>47.443</u>	<u>43.250</u>
Gastos com pessoal	<u>248.060</u>	<u>214.727</u>

O número médio de empregados em 2013 foi de 3 (2012:3)

19 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros rendimentos e ganhos:		
Excesso de estimativa de imposto	807	13.130
Diferenças de cambio favoráveis	129	172
Outros	-	-
	<u>935</u>	<u>13.302</u>

20 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros custos operacionais é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros gastos e perdas:		
Impostos	9.132	10.686
Insuficiência de estimativa de imposto	-	-
Diferenças de câmbio	319	273
Serviços bancários	67.588	61.903
Outros	-	-
	<u>77.039</u>	<u>72.862</u>

21 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2013 e 2012 é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gastos financeiros		
Juros de empréstimos bancários	47.379	1.095
Juros de papel comercial	226.754	295.076
Juros de mora	-	43
Outros Juros	-	-
Comissões de papel comercial	119.904	154.394
Outros	<u>9.363</u>	<u>13.709</u>
	<u>403.399</u>	<u>464.317</u>

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendimentos financeiros		
Juros de depósitos bancários	783	34.350
Juros de suprimentos	610.190	716.582
	<u>610.973</u>	<u>750.932</u>

22 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto s/ rendimento corrente	105.431	136.422
Imposto s/ rendimento corrente - RETGS (Nota 8)	-62.499	-24.906
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto sobre rendimento	<u>42.932</u>	<u>111.516</u>

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Imposto corrente do exercício</u>		
Taxa base	99.463	128.700
Tributação autónoma	-	-
Derrama	5.968	7.722
	<u>105.431</u>	<u>136.422</u>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado antes de impostos	<u>3.619.843</u>	<u>2.625.534</u>
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (26,5%)	959.258	695.767
Custos não dedutíveis	-	11
Rendimentos não tributáveis	-214	-3.479
Efeito aplicação do MEP	-853.613	-555.876
Tributação autónoma	-	-
Gastos de Imposto sobre o Rendimento	<u>105.431</u>	<u>136.422</u>
Imposto s/ rendimento corrente	105.431	136.422
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto s/ rendimento	<u>105.431</u>	<u>136.422</u>
Taxa efectiva de imposto	2,91%	5,20%

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	<u>26,50%</u>	<u>26,50%</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Ibersol estão sujeitas a revisão e podem ser corrigidas por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais, pelo que as declarações de 2010 a 2013 estão ainda em aberto.

A Administração da Ibersol entende que as correcções, resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, daquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2013.

23 Contingências

Fiança à Ibersol Restauração, S.A. pelas obrigações que esta sociedade assumiu no arrendamento de uma loja comercial, de 231m2, no valor de 28.342 euros.

Em Julho de 2013, foi efectuado um crédito documentário do Totta com *stand-by letter* no montante de 8.225.000 euros para garantia do empréstimo e responsabilidades associadas ao banco Santander Central Hispano - Madrid à participação do Grupo Lurca.

24 Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais apresentam-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
SROC	41.500	38.000
Conselho Fiscal	26.358	26.358
Assembleia Geral	2.335	2.335
Conselho Administração (1)	<u>6.000</u>	<u>6.000</u>
	<u>76.193</u>	<u>72.693</u>

(1) respeita à remuneração do administrador não executivo.

Remuneração e Benefícios atribuídos a administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. prestou serviços de administração e gestão ao grupo, tendo recebido da participada Ibersol Restauração, S.A., por tais serviços, a quantia de 756.034 euros no ano de 2013 (756.034 em 2012). Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional.

25 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2013, a Ibersol é controlada pela ATPS – SGPS, S.A. que detém uma participação directa de 4,43% e indirecta de 49,99%, através da sua participada IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S.A..

25.1 Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionistas:

ATPS – SGPS, S.A.
IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S.A.

Subsidiárias da Ibersol, SGPS:

Ibersande Restauração, S.A.

Iberusa – Hotelaria e Restauração, S.A.
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.
Ibersol Restauração, S.A.
Iberking Restauração, S.A.
Iberaki Restauração, S.A.
Restmon Portugal, Lda.
Ibersol – Hotelaria e Turismo, S.A.
Vidisco, S.L.
Inverpeninsular, S.L.
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.
Ferro & Ferro, Lda.
Asurebi SGPS, S.A.
Charlotte Develops, S.L.
Firmoven Restauração, S.A.
I.B.R. - Sociedade Imobiliária, S.A.
Eggon SGPS, S.A.
Anatir SGPS, S.A.
Lurca, S.A.
Q.R.M. – Projectos Turísticos, S.A.
Sugestões e Opções – Actividades Turísticas, S.A.
Restoh – Restauração e Catering – S.A.
Resboavista – Restauração Internacional, Lda.
José Silva Carvalho Catering, S.A.
Iberusa Central de Compras para Restauração, ACE
Vidisco e Pasta Caffè, Union Temporal de Empresas
Maestro – Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.
SEC – Eventos e Catering, S.A.
Ibersol – Angola, S.A.
HCI – Imobiliária, S.A.
Parque Central Maia – Activ. Hoteleiras, Lda.
Gravos 2012, S.A.

Entidades conjuntamente controladas da Ibersol, SGPS:

UQ Consult, S.A.

(b) Transacções e saldos pendentes com as partes relacionadas:

i) Accionistas:

A sociedade não efectuou transacções com accionistas, durante o exercício de 2013.

ii) Subsidiárias:

Durante o exercício, a Ibersol efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vendas de produtos e serviços		
Ibersol Restauração	600.000	600.000
	<u>600.000</u>	<u>600.000</u>

Rendimentos Financeiros

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendimentos Financeiros		
Asurebi	154.204	195.373
Ibersol Restauração	182.994	224.187
Iberusa	250.085	269.806
Restmon	22.907	27.216
	<u>610.190</u>	<u>716.582</u>

Compras de produtos e serviços

Compra de produtos e serviços		
Ibersol Restauração	10.412	10.102
	<u>10.412</u>	<u>10.102</u>

Saldos devedores e credores

No final do exercício, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldos devedores		
Ibersol Restauração	1.446.294	1.321.371
Iberusa	250.085	269.806
Restmon	221.937	199.030
Asurebi	346.077	460.300
IBR Imobiliária	174.840	233.619
Ibersol Hotelaria e Turismo	77.818	27.236
Eggon	3.970	6.641
Iber King	339.160	405.988
Ibersol Madeira & Açores	16.700	67.309
Sugestões & Opções	-	7.318
Anatir	72.612	93.684
Ibergourmet	125.630	32.433
Iberaki	20.374	90.990
Restoh	31.600	80.526
Firmoven	-	44.274
QRM	1.867	5.240
JSCC	-	26.012
Parque Central Maia	8.789	-
	<u>3.137.753</u>	<u>3.371.777</u>
Empréstimos		
Subsidiárias (Nota 13)	27.455.496	35.057.496
	<u>27.455.496</u>	<u>35.057.496</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldos credores		
Iberusa	339.820	728.942
Asurebi	188.610	83.577
Ferro & Ferro	40.054	19.565
Resboavista	99.626	37.868
SEC	85.622	68.190
Sugestões & Opções	15.169	-
JSCC	5.848	-
Firmoven	10.383	-
	<u>785.132</u>	<u>938.142</u>

26 Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	<u>3.576.911</u>	<u>2.514.018</u>
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	20.000.000	20.000.000
Número médio ponderado de acções próprias	-2.000.000	-2.000.000
	<u>18.000.000</u>	<u>18.000.000</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,20</u>	<u>0,14</u>
Número acções próprias no final do período	<u>2.000.000</u>	<u>2.000.000</u>

27 Eventos subsequentes

Não existem acontecimentos subsequentes a 31 de Dezembro de 2013 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Ibersol S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 201,609,450 euros e um total de capital próprio de 146.147.748 euros, incluindo um resultado líquido de 3.576.911 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu Capital Próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Ibersol S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2013 o resultado das suas operações, as alterações no Capital Próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

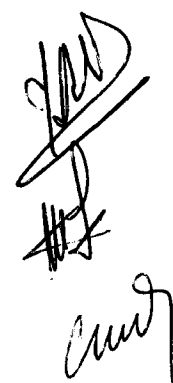
Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

8 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Senhores Accionistas da IBERSOL - SGPS, SA.: -----

Nos termos das normas legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre a sua acção fiscalizadora desenvolvida no exercício social de 2013, bem como sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da sociedade, apresentadas pelo Conselho de Administração e relativas ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2013. -----

1. Actividade Fiscalizadora: -----

O Conselho Fiscal, no exercício das suas competências e nos termos do respectivo mandato, acompanhou a actividade desenvolvida pela sociedade e das suas participadas recebendo para o efeito informação do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo. -----

Ao longo do exercício foram realizadas reuniões trimestrais do Conselho Fiscal, com a presença de todos os seus membros, onde foram analisadas as matérias sujeitas às suas competências. -----

Nas reuniões do Conselho Fiscal estiveram presentes: o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, **Pricewaterhouse Coopers & Associados-SROC**, o qual propôs ao Conselho Fiscal, e deste obteve a anuência, o plano da sua actividade fiscalizadora, incluindo a destinada a: apurar a eficácia do sistema de gestão de risco, do controlo interno e da auditoria interna; a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e respectivas políticas contabilísticas; bem como os critérios valorimétricos, a regularidade dos livros e registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte e, ainda, a verificação de bens e valores pertencentes à sociedade. Ao longo do



exercício, o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo prestou ao Conselho Fiscal informações detalhadas sobre as acções desenvolvidas e as conclusões apuradas. -----

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente com o Conselho de Administração, de quem recebeu informação sobre a evolução da actividade social e demais esclarecimentos destinados à apreciação do conteúdo da informação financeira elaborada por aquele Orgão de Gestão, em momento anterior à sua divulgação. -----

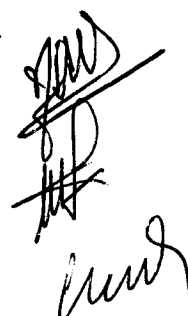
O Conselho Fiscal não registou constrangimentos no exercício da sua actividade. -----

O Conselho Fiscal não recebeu participação de ocorrência ou denúncia de qualquer irregularidade por parte de accionistas, de colaboradores da sociedade, do Auditor Externo ou de outros. -----

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de supervisão da actividade e independência do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, sendo de parecer que foram observadas as práticas recomendadas. -----

O Conselho Fiscal pronunciou-se favoravelmente pela prestação, pelo Auditor Externo, de serviços adicionais aos de auditoria, na medida em que considerou estar salvaguardada a sua independência, ser a respectiva contrapartida remuneratória enquadrada nas condições do mercado e, para além disso, ser do interesse da sociedade beneficiar dos conhecimentos e da pontualidade assegurada na prestação daqueles serviços. O valor dos serviços adicionais aos de auditoria não ultrapassou trinta por cento do valor global dos serviços prestados. -----

Não foram reportadas ao Conselho Fiscal, por inexistentes, quaisquer transacções entre a sociedade e accionistas ou partes relacionadas, na acepção da Recomendação da CMVM IV.1.2, que devessem ser submetidas



ao seu parecer prévio por atingirem o nível de relevância estabelecido por este órgão. -----

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão, individual e consolidado, e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respectivos anexos, incluindo o Relatório de Governo da Sociedade, relativos ao exercício de 2013, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria apresentados pela **Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC.** -----

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade integrado no Relatório de Gestão, em cumprimento do disposto no nº 5 do Art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, recaindo a sua análise na inclusão, naquele Relatório de Governo, dos elementos referidos no Art.º 254º-A do Código dos Valores Mobiliários. -----

2. Parecer: -----

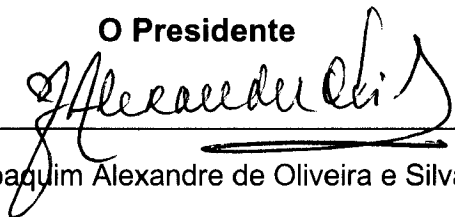
Face à análise realizada, é parecer do Conselho Fiscal que se encontram reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove: -----

- Os Relatórios de Gestão, e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidados, relativas ao exercício social de 2013, com os respectivos anexos, nomeadamente o Relatório de Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão e Contas consolidadas; e, -----
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração. -----

Porto, 8 de Abril de 2014

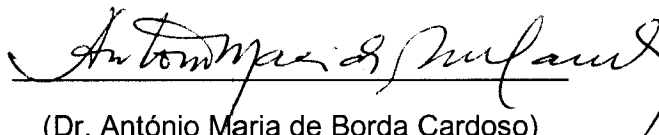
O Conselho Fiscal

O Presidente



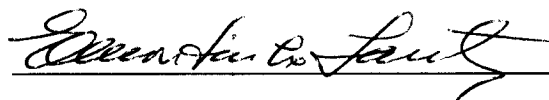
(Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva)

O Vice-Presidente



(Dr. António Maria de Borda Cardoso)

O Vogal

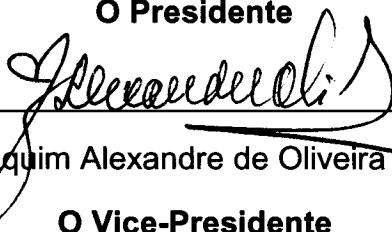


(Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos)

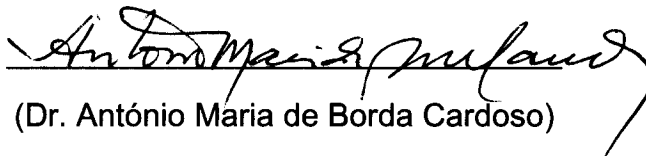
DECLARAÇÃO

Nos termos previstos na al. c) do nº1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento e perante os elementos a que tivemos acesso, a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IBERSOL-SGOPS, SA, do ano de 2013, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da IBERSOL-SGOPS, SA, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. -----

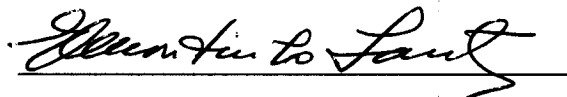
Porto, 8 de Abril de 2014

O Conselho Fiscal**O Presidente**

(Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva)

O Vice-Presidente

(Dr. António Maria de Borda Cardoso)

O Vogal

(Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos)